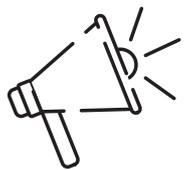


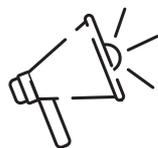
ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

TEMA DO MÊS: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Bruno Covas
Prefeito

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA - SMDHC**

Secretária Municipal
Claudia Carletto

Secretária Adjunta
Juliana Felicidade Armede

Chefe de Gabinete
Luiz Orsatti Filho

Comunicação e Assessoria de Imprensa - SMDHC

Cesar Guerrero
Coordenador de Comunicação

Priscila Rosa de Oliveira
Coordenadora de Assessoria de Imprensa

Everton Clarindo
Assessor de Imprensa

Fábio Madeira
Assessor de Imprensa

Silvano Tarantelli
Assessor de Imprensa

Departamento de Educação em Direitos Humanos

10ª Edição
Dezembro, 2020

Realização

**Departamento de Educação em Direitos
Humanos - SMDHC**

Cassio Rodrigo - Diretor
Renata Mie Garabedian - Assessora
Tayná Rodrigues Salviano - Assessora
Vera Velozo - Assessora

Editorial

Cássio Rodrigo

Revisão

Fábio Madeira e Silvano Tarantelli

Concepção gráfica e diagramação

Renata Mie Garabedian



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

CONTÉÚDO

- 4** EDITORIAL
Departamento de Educação em Direitos Humanos
- 5** AUTORES
- 8** EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS HOJE
Maria Victoria de Mesquita Benevides
- 16** EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (EDH) NA SALA DE AULA
Débora Garofalo
- 18** O PRÊMIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Taize Grotto de Oliveira
- 20** EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE
Cid Torquato e Marinalva Cruz
- 23** DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO E A CULTURA NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS
Ednéia Gonçalves
- 26** EDUCAÇÃO POPULAR: A CHAVE PARA DISSEMINAR A CULTURA DOS DIREITOS HUMANOS EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS
Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo
- 29** PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
Francisca Rodrigues de O. Pini e Janaina M. Abreu
- 31** A EMASP COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO SERVIÇO PÚBLICO
Andrezza Domingues e Marcia Regina Vieira de Aguiar
- 33** EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - SENSIBILIZANDO PARA O AMANHÃ
Cassio Rodrigo, Renata Mie Garabedian e Tayná Salviano

CARA LEITORA E CARO LEITOR

Em dezembro, o Espalha EDH – Informativo mensal sobre Educação em Direitos Humanos - chega a sua décima edição, e a última de 2020.

Essa iniciativa do Departamento de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, nasceu com o objetivo de promover o debate sobre direitos humanos em meio virtual. E foi essa a proposta ao longo deste ano: apresentamos projetos de direitos humanos na Rede Municipal de Ensino, trouxemos reflexões sobre os mais diversos assuntos, entrevistamos pessoas e falamos sobre lugares da cidade marcados pela luta e promoção de direitos.

Abordamos temas como feminismo, SUS, trabalho, orgulho LGBTI+, 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, juventude, direitos humanos e a cidade, políticas públicas para idosos e promoção da igualdade racial. Todos sob a ótica da Educação em Direitos Humanos!

E é justamente esse tema que escolhemos para uma edição comemorativa. A décima edição do Espalha EDH se volta para pensar a Educação em Direitos Humanos nas cinco seções: EDH na Rede, Cultura DH, Territórios (que nas edições anteriores foi Lugares de Memória) e Perfil.

Para isso, contamos com um time bastante especial, que contribuiu com artigos sobre EDH na sala de aula, o Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, a Educação Inclusiva, Cultura e Educação na perspectiva dos Direitos Humanos, a Educação Popular, o papel da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo na promoção da cidadania e acerca de Paulo Freire e sua relação com a Educação em Direitos Humanos.

Para abrir essa edição apresentamos o texto "Educação em Direitos Humanos Hoje", de Maria Victoria Benevides, [proferido em aula-magna na abertura do 8º Festival de Direitos Humanos](#), atividade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, na qual a autora foi convidada para visitar o texto "Educação em Direitos Humanos, de que se trata?" que em 2020 fez vinte anos.

Ao final da publicação, apresentamos um texto sobre os processos formativos voltados para os agentes públicos e realizados pelo Departamento de Educação em Direitos Humanos

Aproveitem a leitura e #SeguimosPerto. Enviem sugestões, críticas, elogios!

Participem!!!

EQUIPE EDH

QUEM ESCREVE A 10ª EDIÇÃO



Maria Victoria de Mesquita Benevides

Socióloga e Cientista Política, é professora aposentada da Faculdade de Educação da USP. Desde o final dos anos 1980 participa em projetos de Educação em Direitos Humanos. Atualmente faz parte da Comissão Arns e do Instituto Vladimir Herzog, além de continuar ativa em eventos acadêmicos. Comprometida com o futuro das novas gerações é militante antirracista, feminista e ecologista. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Débora Garofalo

Formada em Letras e Pedagogia com pós-graduação em Língua Portuguesa pela Unicamp, Mestra em Educação pela PUC SP. Experiência 15 anos na rede Pública de São Paulo. Atualmente é Gestora de Tecnologias da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Colunista de Educação Inovadora no Blog Redes da Editora Moderna, e colunista de Educação no UOL. Recebeu diversos prêmios importantes pelo trabalho desenvolvido na educação pública, vencedora do Prêmio de EDH pela secretaria de Direitos Humanos da cidade de SP, Vencedora do Prêmio Professores do Brasil 2018, Vencedora da Aprendizagem Criativa Brasil do MIT 2019, recebeu a medalha dos pacificadores da ONU. Em 2019 foi a primeira mulher brasileira e a primeira Sul Americana a chegar entre os top 10 do Global Teacher Prize, Nobel da Educação, sendo considerada uma das 10 melhores professoras do Mundo. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Taize Grotto de Oliveira

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Cruzeiro do Sul(2006), graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho(2012), especialização em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2009) e Mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2018). Em 2017, foi colaboradora da estruturação de material didático digital da editora FTD. É Professora de Ensino Fundamental II e Médio da Rede Municipal de Ensino de São Paulo desde 2009 e atuou como Coordenadora Pedagógica entre 2018 e 2019. Atualmente, exerce a função de Assistente Técnico de Educação I na Coordenadoria dos CEUs na Secretaria Municipal de Educação. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Marinalva Cruz

Secretária Adjunta da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo. Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela UniSant'Anna e Pós-Graduada em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Mais de 17 anos de experiência no setor público, desenvolvendo ações e projetos com foco na acessibilidade e inclusão social e profissional das pessoas com deficiência.



Cid Torquato

Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi executivo da Lowe & Partners América Latina e da StarMedia Networks, assessor em Governo Eletrônico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Governo FHC, fundador da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e conselheiro do CONADE – Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Escreveu o livro “Empreendedorismo sem Fronteiras – Um Excelente Caminho para Pessoas com Deficiência”, após ficar tetraplégico em 2007.



Ednéia Gonçalves

Socióloga e educadora. Possui experiência na docência e gestão escolar. Desde 2004 atua como formadora e coordenadora de projetos de cooperação técnica internacional na área de Educação de Jovens e Adultos em diferentes países do continente africano. Desenvolveu conteúdos para formação de professores para UNIFESP, MEC, MASP e UNESCO. Atua como formadora de gestores e professores em organismos internacionais e redes públicas e privadas em diferentes Estados brasileiros. É autora de artigos na área de educação e relações raciais, direitos humanos e equidade. Atualmente é coordenadora executiva adjunta da ONG Ação Educativa. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.

QUEM ESCREVE A 10ª EDIÇÃO



CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo

Organização não governamental que tem como objetivo promover estratégias de formação, articulação, comunicação e incidência em políticas públicas para prevenir e superar as diversas formas de violência existentes nas periferias.



Francisca Rodrigues de O. Pini

Assistente Social e professora, com mestrado e doutorado em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC/SP. Ativista e Pesquisadora em políticas sociais e direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, é colaboradora do Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire; professora da Unifesp/Campus/Baixada Santista, Integrante da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (Condepe), Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos e filiada à ANDHEP.



Janaina M. Abreu

Comunicadora social e especialista em Marketing (Universidade Metodista de São Paulo). Diretora de Comunicação do Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire, em 2017, coordenou o eixo Educomunicação: Educação e Mídia, na elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. É integrante da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (Condepe) e do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos.



Andrezza Domingues

Mestre em sistemas de produtivos e gestão pelo Centro Paula Souza em 2016, pós graduação em Gestão Pública pela UMC em 2011 e especialização em gestão aplicada à administração das finanças em 2007 pela FUNDAP, além de graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos (2006), graduação em Programa Especial de Formação de Docente pela Universidade São Judas Tadeu (1998) e graduação em Educação Artística com Habilitação em Artes Cênicas pela Universidade São Judas Tadeu (1997). Atua na Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo EMASP desde junho de 2018 é professora do Centro Universitário Sumaré desde fevereiro de 2013 presencialmente e em EaD. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: sistemas de qualidade em serviços, inovação, administração e gestão de pessoas. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Marcia Regina Vieira de Aguiar

Pós-graduada em formação de docentes para o ensino superior pela UNINOVE-SP, pós graduada em gestão de políticas públicas pela UMC, graduada em tecnologia em gestão de pessoas pela UNIBAN-MC. Servidora municipal, instrutora de cursos da escola de Administração pública de São Paulo – EMASP. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.

QUEM ESCREVE A 10ª EDIÇÃO



Cássio Rodrigo

É brasileiro, jornalista e atualmente é Diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura de São Paulo. Foi Coordenador Municipal de Diversidade Sexual de São Paulo e também Coordenador Estadual de Políticas para a Diversidade Sexual, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Militante LGBTI desde 1995, com 15 anos na gestão de políticas públicas para a população LGBTI+, presidiu a Comissão de Seleção de Projetos LGBT dos Editais ProAC nos anos de 2011 a 2016. Foi tutor em duas turmas do Curso de Ensino à Distância "A Conquista da cidadania LGBT – a política da diversidade sexual no Estado de São Paulo", promovido pela Secretaria da Justiça e Cidadania, nos anos de 2013 e 2014. Como Coordenador Estadual de Diversidade Sexual, esteve à frente da formação de mais de 11.100 pessoas que passaram por palestras, oficinas, rodas de conversa sobre os direitos LGBTI. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Renata Garabedian

Possui graduação em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2019). Aluna do curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais no Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação - ECA USP. Participou, na Universidade de São Paulo, de projetos de pesquisa sobre arte-educação, materiais didáticos e tecnologias assistivas. Desde 2017 é assessora de Educação em Direitos Humanos na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Faz parte do Grupo de Pesquisa CNPQ - Cibernética Pedagógica: Laboratório de Linguagens Digitais da ECA USP. É membro do Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos da SMDHC.



Tainá Salviano

Graduada em Relações Internacionais. Realizou um projeto de iniciação científica com a temática "A luta no exílio: a ação política de brasileiros no exterior durante a ditadura civil-militar (1964-1979)". Em 2019 foi secretária Geral do projeto de simulações da ONU, MUN FMU. Iniciou como estagiária no Departamento de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em 2017, no qual atualmente é assessora.

Educação em Direitos Humanos Hoje

Maria Victoria de Mesquita Benevides

“A ideia de educação, que é parte essencial do senso comum moderno, está montada nas narrativas do constante progresso social, da ciência e da razão, do sujeito racional e autônomo e do papel da própria educação como instrumento de realização desses ideais. A ciência e a razão são instrumentos de progresso, o sujeito moderno é aquele que está imbuído desses mesmos propósitos e impulsos e a educação institucionalizada é quem está encarregada de produzi-lo. O sujeito educacional assim produzido encarna os ideais da narrativa moderna: emancipado, livre, racional (Thomaz Tadeu Silva, 1996, p.253)”.

A citação acima nos traz um conceito de educação essencial para compreendermos a exigência de Educação em Direitos Humanos na sociedade contemporânea, conceito radicalmente oposto ao que vem sendo proposto neste governo desde 2019. A negação da ciência e da razão, do sentido da emancipação e da liberdade tem levado, entre tantos males, à exaltação das escolas militarizadas onde apenas ordem e civismo são consideradas “virtudes” dignas da sociedade brasileira, de uma “Mãe Pátria” com “Deus acima de tudo”.

Nunca ficou tão estridentemente evidente, em nosso país, o que dizemos há décadas: sem Democracia não há direitos humanos; sem direitos humanos não há democracia.

O que são Direitos Humanos? São aqueles direitos comuns a todos os seres humanos, desde o nascimento, sem distinção alguma de nacionalidade, etnia, sexo e orientação sexual, nível socioeconômico e de instrução, opinião ou filiação política, limitações físicas ou mentais, ou qualquer julgamento moral. São, portanto, universais e o Brasil é signatário de todas as Declarações, Pactos e Convenções internacionais. Direitos Humanos são históricos, lista aberta a aperfeiçoamentos e acréscimos. Hoje, além do direito humano ao meio ambiente saudável, que tem mobilizado jovens ao redor do mundo, temos novos direitos para mulheres e LGBTIQ+ e cotas raciais, embora a herança maldita da escravidão (quase quatro séculos!) perpetua-se na discriminação e no fato da morte violenta de jovens negros, na maioria das vezes pela ação policial abusiva (76% dos mortos pela polícia são negros).

Mas o racismo é crime e deve ser punido. Direitos humanos são também interdependentes e irreversíveis: direitos civis e políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Uma questão relevante diz respeito à igualdade, como essência dos Direitos humanos. Trata-se de igualdade em dignidade (ou seja, a vida digna com os direitos sociais junto às liberdades individuais). Igualdade não é homogeneidade, assim como não é o contrário da diferença. A desigualdade é cultural e economicamente construída, quando se estabelece uma hierarquia dos seres humanos, quem nasceu superior, para mandar, e quem nasceu inferior para obedecer. Já a diferença é uma relação horizontal e expressa identidades que devem ser reconhecidas e respeitadas. Logo, o direito à igualdade e o direito à diferença são faces da mesma moeda. Uma diferença pode ser (e, geralmente, o é) culturalmente enriquecedora, enquanto a desigualdade pode ser um crime. No Brasil é o que ocorre em muitas situações, a começar pelo racismo e pelo machismo. É preciso entender que todo crescimento de direitos das classes tradicionalmente perseguidas e humilhadas produz, dos dominantes, uma reação contrária.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a *formação de uma cultura de respeito à dignidade humana* através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

Quando falamos em formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, estamos enfatizando, no caso brasileiro, uma necessidade radical de mudança; uma mudança que enfrente o que está mais enraizado nas mentalidades, ou seja, a não aceitação dos direitos de todos, a não aceitação da legitimidade da diversidade. Isso implica a derrocada de valores e costumes decorrentes de fatores historicamente definidos: o longo período de escravidão; a política oligárquica e patrimonial, com

com desprezo pela ética; o sistema de ensino ainda excludente e autoritário; a complacência com os privilégios concedidos aos cidadãos ditos de "primeira classe"; o descaso com a violência, quando ela é exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; as práticas religiosas que, em geral, realçam o valor da caridade em detrimento do valor da justiça; o sistema familiar patriarcal e machista; a sociedade racista e preconceituosa contra todos os considerados diferentes; o desinteresse pela participação cidadã e pelo associativismo solidário; o individualismo consumista, decorrente de uma falsa ideia de "modernidade".

A mudança cultural necessária deve levar ao enfrentamento de tal herança e ainda ser instrumento de reação a duas grandes deturpações que fermentam em nosso meio social: i) a identificação entre direitos humanos e direitos da marginalidade, ou seja, são vistos como "direitos dos bandidos contra os direitos das pessoas de bem"; ii) a crença de que direitos humanos se reduzem às liberdades individuais e, portanto, não se consideram como direitos fundamentais os direitos sociais, culturais e ambientais, a começar pelo direitos à educação pública, laica e de qualidade.

Escrevi o texto "Educação em Direitos Humanos: de que se trata?" no final do século 20 e devo dizer que ele continua válido, mas gostaria de acrescentar o que aprendi com colegas da Faculdade de Educação da USP - como José Sérgio Fonseca de Carvalho e Carlota Botto - além da equipe de Educação do Instituto Vladimir Herzog, coordenada por Ana Rosa Abreu e Neide Nogueira. Através do projeto Respeitar é preciso! tive a oportunidade de conhecer escolas da periferia de São Paulo e debater temas cruciais da Educação, dos Direitos e dos projetos políticos-pedagógicos. Gosto de mencionar, também, as companheiras de luta no Nordeste, como Aída Monteiro e Nazaré Zenaide que estão envolvidas na reorganização da RBEDH- Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, cuja primeira fundação ocorreu em 1985.

Igualmente julgo indispensável citar o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (com

nível de Ministério) que assim define : “A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações” (PNEDH, 2003, p.25)

Dos colegas citados da Faculdade de Educação, creio ser igualmente indispensável elencar pontos que compõem, para os educadores, a tarefa principal da formação. Cito José Sergio:

1. O foco preferencial da formação continuada deve ser a cultura institucional e não a consciência individual do professor.

São as escolas que precisam ser melhoradas. Sem este esforço institucional, o aperfeiçoamento isolado de docentes não garante que a eventual melhoria do professor encontre na prática as condições propícias para uma melhoria do ensino.

2. O aprendizado de princípios e valores éticos, como os que animam os Direitos Humanos, não se dá pela sua simples veiculação verbal.

*Ao contrário, sua transmissão e preservação dependem das **práticas sociais cotidianas** dos profissionais da educação, da consciência que têm dos princípios que as animam e do significado de seus esforços no sentido de os traduzirem, aplicá-los e mantê-los vivos.*

3. O que se deseja é uma formação que tenha como objetivo vincular a escola à difusão e ao cultivo de princípios éticos públicos.

O que se espera não é meramente a eficácia na transmissão de uma informação ou na aprendizagem de uma capacidade ou competência, mas o esforço no sentido de cultivar uma determinada forma de se conceber o mundo e os homens; de se relacionar consigo, com os outros e com a sociedade, em suma, trata-se de uma de uma formação ética e política. Em outras palavras, a democracia que queremos não se esgota no regime político, mas no modo de vida.

2. O aprendizado de princípios e valores éticos, como os que animam os Direitos Humanos, não se dá pela sua simples veiculação verbal.

*Ao contrário, sua transmissão e preservação dependem das **práticas sociais cotidianas** dos profissionais da educação, da consciência que têm dos princípios que as animam e do significado de seus esforços no sentido de os traduzirem, aplicá-los e mantê-los vivos.*

3. O que se deseja é uma formação que tenha como objetivo vincular a escola à difusão e ao cultivo de princípios éticos públicos.

O que se espera não é meramente a eficácia na transmissão de uma informação ou na aprendizagem de uma capacidade ou competência, mas o esforço no sentido de cultivar uma determinada forma de se conceber o mundo e os homens; de se relacionar consigo, com os outros e com a sociedade, em suma, trata-se de uma de uma formação ética e política. Em outras palavras, a democracia que queremos não se esgota no regime político, mas no modo de vida.

4. O material apresentado às escolas participantes abrange a apresentação e discussão de obras literárias, fotográficas, cinematográficas ou musicais que em sua forma ou conteúdo liguem-se à temática em pauta. (Por exemplo, um módulo que versa sobre desigualdade na sociedade brasileira conta com a análise do filme Quase dois irmãos, da canção Morro Velho, do conto “Serás Ministro” e de fotos de Sebastião Salgado).

5. As relações entre a universidade pública e a rede pública não devem ser concebidas como prestação de serviço (da primeira à segunda), mas como oportunidade de fecundação mútua e preservação das particularidades. Tais relações têm sido, eventualmente, marcadas por uma mútua desconfiança e uma longa lista de queixas. A rede de ensino básico acusa a universidade de produzir um “saber teórico” inaplicável a seus dilemas e desafios concretos. A universidade, por sua vez, não raramente classifica a rede como “resistente” a inovações, tradicional em suas práticas e concepções e quase sempre constituída por professores “malformados” (como se a formação de professores não fosse uma de suas – das Universidades - mais importantes atribuições).

Outro ponto que considero importante destacar: a EDH deve estar associada ao projeto político-pedagógico de cada escola. É claro que tudo dependerá da gestão democrática. A Constituição vigente define que o ensino será ministrado com base em vários princípios, dentre os quais está a gestão democrática (art. 206, VI), o que se desdobra nas Constituições estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Logo, a gestão democrática escolar é uma exigência constitucional, desde 1988.

Ao longo desses vinte anos podemos dizer que avançamos, mas hoje vivemos uma estranha contradição: se, por um lado, a temática dos DH entrou na Universidade e nas escolas, com projetos e professores comprometidos, por outro lado, hoje, a violação de DH explode com grande impacto sobre justamente os grupos mais vulneráveis da sociedade: o racismo que humilha e mata; a negação dos direitos dos povos indígenas; o feminicídio; as crianças e jovens sem acesso à escola; o sistema de saúde que não dá conta da pandemia; o desemprego que leva à miséria e ao trabalho informal, muitas vezes análogo à escravidão; a obscena concentração da riqueza; o criminoso descaso com nosso meio ambiente, nossas florestas e nossos rios.

O cenário é, para dizer o mínimo, desolador. Mas seguimos com fé e esperança. Prefiro acreditar no que escreveu Gramsci: temos que ser pessimistas no diagnóstico, mas otimistas na vontade, na ação.

Muitos nos dizem que somos ingênuos e utópicos, que a vida é isso mesmo, ganham sempre os que tem ganância de poder e riquezas. Sigo, então, o teólogo Leonardo Boff:

"A paz e a democracia, por sua natureza, possuem forte densidade utópica. Quer dizer, são anseios que nunca vão se realizar plenamente na História. Nem por isso são destituídos de sentido. Os anseios, as utopias e os sonhos nos desinstalam, nos obrigam a caminhar e a buscar sempre novas formas de democracia e de paz. São como as estrelas. Não podemos alcançá-las, mas são elas que nos iluminam as noites e orientam os navegantes".

EDH NA REDE

Educação em Direitos Humanos (EDH) na Sala de Aula

Débora Garofalo

A escola exerce um papel fundamental e essencial na sociedade, **a de levar para a sala de aula a Educação em Direitos Humanos.**

Os direitos humanos são todos os direitos e liberdades básicas, considerados fundamentais para dignidade, garantidos aos cidadãos, de qualquer parte do mundo e sem qualquer tipo de discriminação racial, religião, nacionalidade, gênero, orientação sexual e política.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais do que ensinar um currículo, as escolas têm de oferecer formação pautada nos Direitos Humanos, por meio de competências socioemocionais, em que o papel do professor é de mediar, incentivar a criatividade, acolher e tratar diferenças, oferecendo um ambiente propício para debater as questões relacionadas aos Direitos Humanos e formar cidadãos conscientes, completos e autônomos para atuar em sociedade.

E como iniciar um trabalho de Educação em Direitos Humanos em sala de aula?

A escola é um espaço propício para fomentar a EDH, por ser um espaço movido ao diálogo e também proposto de temas transversais. Assim, o primeiro olhar do professor deve ser sempre para o desenvolvimento da criança e do jovem, respeitando as individualidades e características próprias, com aspectos integrados, em um espaço de incentivo ao desenvolvimento.

Neste cenário, os estudantes podem explorar e realizar descobertas, exercendo uma relação dialógica de troca e de muitos aprendizados com a Educação de Direitos Humanos.

Reunimos algumas sugestões que permitem o trabalho pautado na EDH na sala de aula, em que os estudantes podem se envolver e participar ativamente do processo de aprendizagem e desenvolvendo criticidade e um olhar integral na construção do cognitivo.

Debates e Diálogos: Rodas de conversa, filmes, vídeos, livros, estudos de casos, são referenciais para promover o debate, deixando os estudantes livres para expor situações e abordar o tema, com ações pertinentes e iniciais que serão o ponto de partida, permitindo que lidem com opiniões diferentes, desenvolvendo o pensamento crítico ao trabalhar com as habilidades socioemocionais.

Oficinas: São oportunidades de fazer os alunos vivenciarem alguma situação, como por exemplo, causas do trabalho infantil, uma educação antirracista, em que podem ser construídas sequências pedagógicas que envolva a solução destes problemas a partir de ações de pertencimento, como criação e desenvolvimento de campanhas, narrativas digitais, mini documentários de aprofundamento sobre estes temas.

Metodologias ativas: As metodologias ativas são novas maneiras de construir o aprendizado, permitindo que os estudantes deixem a passividade e assumam o centro do processo de aprendizagem, através de várias modalidades, como aprendizagem entre pares, resoluções por problemas, sala de aula invertida, ensino híbrido e designer thinking, que permite idealizar problemas. Os mapas mentais são um poderoso instrumento para desenvolver criticidade, interatividade, colaboração e formar opiniões, um bom exemplo disso, são ferramentas digitais gratuitas de mapas mentais como: Ree Plane, Coggle, permitindo que mais de uma pessoa trabalhe com o mesmo mapa mental.

Em todas as atividades propostas o professor é o parceiro, disposto auxiliar no que for necessário, orientando e conduzindo os estudantes para a autoria, mas embasado na Educação em Direitos Humanos.

Um abraço

O Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino

Taize Grotto de Oliveira

Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados (COCEU)

Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais (DIGP)

Secretaria Municipal da Educação

No ano de 2013, aconteceu o primeiro Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, prêmio esse que procura promover e estimular as valiosas iniciativas de afirmação da cultura dos direitos humanos na Rede Municipal de Ensino. Nesta época, o prêmio era direcionado a duas categorias: Unidades Educacionais e Professores. A partir do ano seguinte, tivemos o acréscimo de mais duas categorias: Estudantes e Grêmios Estudantis. Até hoje, foram mais de 100 projetos premiados.

Importante destacar que, para a avaliação dos projetos, são analisadas as experiências e atividades que valorizam a gestão democrática, a cultura de paz no convívio escolar, o fortalecimento da rede de proteção social, a intervenção e/ou articulação da Unidade Educacional com a comunidade do entorno escolar, estimulando, assim, a autonomia, o protagonismo dos estudantes e o convívio integral na escola, através da Educação em Direitos Humanos.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a ampliação das categorias participantes no prêmio revela que a Educação em Direitos Humanos está presente em todas os segmentos das escolas, possibilitando, desta forma, a democratização das condições de acesso, permanência e sucesso no processo de ensino e aprendizagem, fomentando a consciência social crítica, tendo como princípio o respeito à diversidade e aos conceitos de sustentabilidade, propiciando, assim, o desenvolvimento integral do estudante e a conseqüente melhoria das relações e das aprendizagens.

Para tanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada unidade educacional deve oportunizar que a escola, como espaço social privilegiado de relações cotidianas, fortaleça a construção de iniciativas direcionadas à reflexão sobre as desigualdades, as violências do cotidiano, os desafios do convívio e as diversas formas de discriminação, além de abarcar o fortalecimento da rede de proteção social e a garantia da dignidade e igualdade de oportunidades, tendo em vista uma gestão participativa e democrática.

Posto isso, o Prêmio tem sido uma ação formativa enriquecedora junto à comunidade escolar, uma vez que incentiva projetos e boas práticas, mas também potencializa essas ações com vistas a disseminá-las, para, assim, inspirar novas ideias e fortalecer a cultura de promoção e proteção aos Direitos Humanos expressadas em suas múltiplas linguagens e possibilidades, dentro da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, valorizando a educação pública de qualidade, voltada para a formação e fortalecimento da cidadania.

Portanto, a Educação em Direitos Humanos - política pública fundamental de ser trabalhada e extremamente necessária de ser discutida em todos os espaços e tempos e, principalmente, nestes que estamos vivendo, nos quais as emoções estão afloradas e os sentimentos exacerbados - faz-se presente na busca de uma Educação de qualidade para a formação da cultura de paz nas unidades educacionais, sendo urgente o exercício de praticá-la cotidianamente, por meio das relações humanas, tendo em vista o entendimento e exercício da empatia para formar cidadãos éticos, responsáveis e solidários que fortaleçam uma sociedade mais inclusiva, democrática, próspera e sustentável, conforme previsto na Matriz dos Saberes do Currículo da Cidade, por meio de ações que sejam preventivas e atuantes no que diz respeito à Educação em Direitos Humanos

Educação inclusiva e Acessibilidade

Cid Torquato e Marinalva Cruz

Promover o respeito às normas de acessibilidade física, comunicacional, digital e atitudinal é fator fundamental para garantir o acesso de todas as pessoas à sociedade. Esses princípios são centrais na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada no ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional em 2009 e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que representa uma grande vitória para o segmento e transforma em lei antigas demandas sociais. A LBI reafirma a obrigação estratégica de priorizar os pleitos de acessibilidade e inclusão nas políticas públicas de nosso país.

A cidade de São Paulo conta desde 2005 com uma secretaria dedicada exclusivamente à pessoa com deficiência, que trabalha de forma transversal e em articulação com todas as secretarias, empresas e subprefeituras da gestão pública municipal.

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) é uma secretaria meio e tem a missão de promover o protagonismo da pessoa com deficiência e sua efetiva participação na sociedade e, sem dúvida, a educação inclusive é a porta de entrada para quebra de paradigmas, estereótipos e para construção de uma sociedade focada na valorização e respeito à diversidade humana.

A convivência entre pessoas, com ou sem deficiência, diminui o preconceito e aumenta o foco nas habilidades e competências, mas para que isso aconteça, é fundamental garantir a participação de crianças, jovens e adultos, em todo e qualquer espaço, investir cada vez mais em todo tipo de acessibilidade, garantir os recursos de tecnologia assistiva, imprescindíveis para melhorar o rendimento escolar do aluno com deficiência e, ampliar a capacitação e o diálogo entre toda comunidade escolar.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, existem aproximadamente 1 milhão de pessoas com deficiência no município de São Paulo com comprometimento mais significativo em razão da deficiência física, auditiva, mental, intelectual ou visual. Pensando em ampliar e fortalecer a inclusão na rede municipal de ensino, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), criou o Programa de Tecnologia Assistiva, cujo objetivo é fornecer diferentes recursos de tecnologia assistiva para estudantes com deficiência da rede municipal de ensino e servidores públicos municipais.

Equipes técnicas avaliam individualmente alunos e funcionários, prescrevendo para cada um, as ajudas técnicas específicas para romper com as barreiras físicas e tecnológicas enfrentadas e garantir oportunidades em equidade com aqueles estudantes e servidores sem deficiência.

Em 2019 foram entregues cerca de 1.080 recursos de tecnologia assistiva para 428 estudantes, dentre eles, jogos educativos acessíveis ou adaptados, cadernos de pautas ampliadas, mesas táteis, ampliadores portáteis, tablets, mesas escolares com regulagem, bengalas de alumínio dobrável, adaptadores para escrita, cadeirões de posicionamento, pratos com ventosa, talheres adaptados, entre outros.

A cidade de São Paulo já avançou bastante, mas ainda há muitos desafios a serem superados, portanto é imprescindível que todos os projetos, programas e ações do governo municipal, garantam acessibilidade, valorizem a diversidade e respeitem os direitos humanos de todas as pessoas.

CULTURA DH

Diálogos sobre Educação e a Cultura na perspectiva dos Direitos Humanos

Ednéia Gonçalves

“Imaginar os direitos humanos como parte de um encontro de linguagens de dignidade implicaria partir de um profundo conhecimento das vozes (gritos e murmúrios), das lutas (resistências e levantes), das memórias (traumáticas e exaltantes), e dos corpos (feridos e insubmissos) daqueles e daquelas que foram subalternizados pelas hierarquias modernas baseadas no capitalismo, no colonialismo e no patriarcado”¹

Boaventura Sousa Santos e Bruno Sena Martins (2019)

A narrativa hegemônica das relações sociais no Brasil situa o colonialismo e o escravismo como capítulos isolados de um processo histórico no qual a desumanização, violência e a opressão são naturalizadas e absorvidas por uma ilusória inevitabilidade da trajetória de desenvolvimento humano global.

A educação, derivada da perspectiva dos favorecidos pelos sistemas de opressão, se sustenta no silenciamento da longa caminhada da resistência indígena e negra sempre de encontro à discriminação, a desumanização e ao solapamento de suas culturas e saberes ancestrais.

O caminho tortuoso construído pelo racismo estrutural e transposto para a educação brasileira tradicional apresenta as negras e os negros como o “outro”; personagem coadjuvante da narrativa heroica dos enfrentamentos da branquitude na conquista e na permanência de seu ideal de humanidade. Esse negro, visto e tratado como desprovido de narrativa, de leitura de mundo e de vivências próprias; passivo/pacífico diante do mundo, experimenta em sua experiência escolar o apagamento da memória de lutas de seus ancestrais estendida a seus atuais enfrentamentos, sua cultura e de seus territórios.

[1] O Pluriverso dos direitos humanos – a diversidade das lutas pela dignidade – Organizadores: SANTOS, Boaventura de Sousa e MARTINS, Bruni Sena – Editora Autêntica (2019).

Um grande desafio para a ampliação da qualidade educacional em nosso país é acessar e absorver o aprendizado da resistência protagonizada e sistematizada pelo movimento negro brasileiro que sempre buscou nos rastros da diáspora africana elementos de pesquisa, articulação e plataforma para a disseminação da visão de mundo e cultura afro-brasileira, tendo em vista que uma importante parcela do pensamento moderno situa na equidade a matriz do desenvolvimento global.

Para que a defesa dos direitos humanos no Brasil encontre sentido e urgência para a totalidade da população, a formação escolar deve indicar na história da resistência à violência das opressões vividas os sentidos da dignidade humana.

A educação para os direitos humanos que vislumbro é a que finalmente funda o desassossego e a insuportável lucidez ao atentar para o fato de que o ponto de partida para o horror da naturalização da propriedade absoluta de corpos que evolui para a ambição de submissão de mentes é o cimento que paralisa a reação diante de strange fruits ou de açoitamentos públicos nos pelourinhos de ontem e nos supermercados de hoje.

A educação terá de, finalmente, se tornar antirracista e incorporar aos direitos humanos o grito de “Basta” que ecoa de maneira ensurdecidora há séculos no Brasil colocando de um lado os defensores do aniquilamento de pretos e pobres e de outro os defensores intransigentes do marco civilizatório e do direito de todas e de todos à dignidade humana.



TERRITÓRIOS



Educação popular: a chave para disseminar a cultura dos Direitos Humanos em territórios periféricos

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo

Falar sobre Direitos Humanos, antes de mais nada, é entender quem são os/as sujeitos desses direitos na atualidade. A narrativa sobre os Direitos Humanos envolve embates e divergências, sendo colocados, por vezes, como algo destinado apenas ao outro/a, e se confundindo com privilégios.

O contexto brasileiro, marcado por violações de direitos, pela não efetivação da cidadania e baixa democracia, inclui o período da escravidão, o genocídio da população indígena, períodos ditatoriais, a precarização dos serviços básicos relacionados à saúde e educação, que se refletem em uma extrema desigualdade social.

A afirmação de uma cultura de Direitos Humanos é um desafio central nos países da América Latina, caracterizados historicamente pela fragilidade do Estado de Direito e por sistemáticas violações dos direitos básicos de segurança, sobrevivência, identidade cultural e bem-estar mínimo da população.

Dentro desse propósito, o CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular se originou nos anos 1970, período em que as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos populares floresciam em São Paulo. Em 1989, tornou-se uma entidade popular atuante na região do Capão Redondo, com foco na mobilização, formação e defesa de direitos.

Atualmente, o CDHEP tem três eixos principais de atuação: Direitos Humanos e Segurança Pública, Justiça Restaurativa e Educação Popular.

O CDHEP atua em cinco distritos do extremo sul periférico de São Paulo: Capão Redondo, Jardim São Luiz, Campo Limpo, Jardim Ângela e Vila Andrade, regiões de alta precariedade e exclusão social que totalizam mais de um milhão de habitantes de maioria negra ou afrodescendente, população não contemplada pelas políticas públicas.

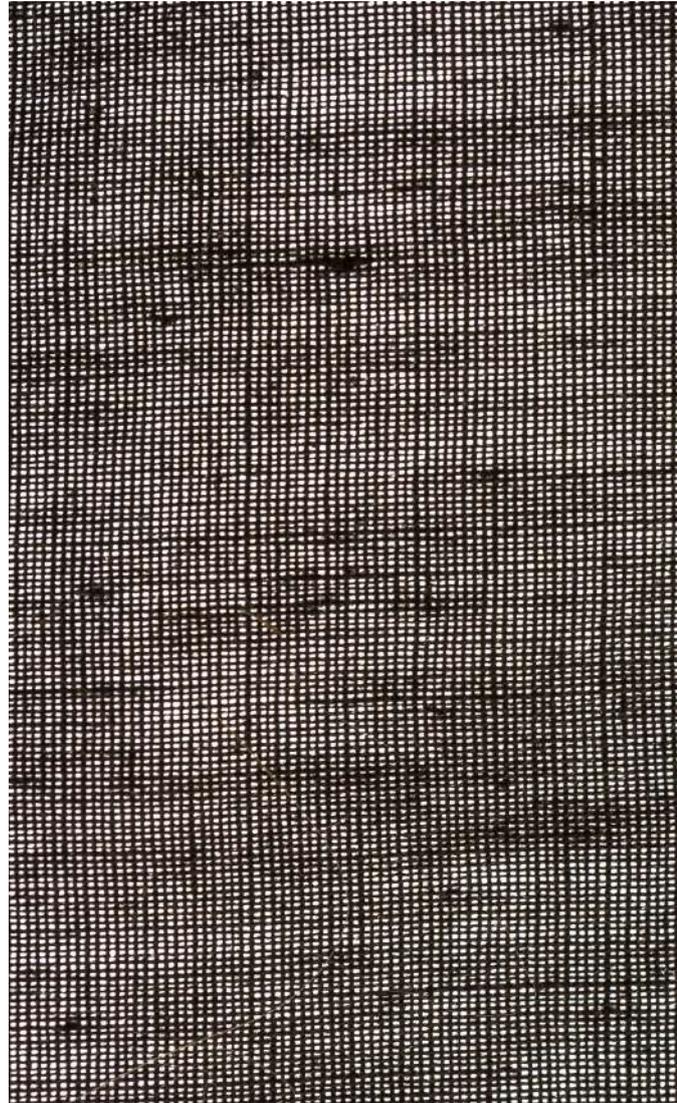
Essas regiões sofrem com precariedades como a falta de tratamento adequado de esgotos, de equipamentos de qualidade como escolas, centros esportivos e culturais, hospitais, bibliotecas etc. Essas precariedades impactam os índices de violência, desigualdade e exclusões.

A ausência de políticas públicas na região demonstra como os direitos humanos não são garantidos e respeitados. Isso reverbera na desigualdade de oportunidades entre os/as jovens de regiões periféricas e os de bairros centrais. Em contextos periféricos, como no conjunto da sociedade, questões de gênero influenciam a constituição de valores, crenças e visões de mundo que perpassam papéis, escolhas, possibilidades e limitações, estabelecendo relações de desigualdade entre homens e mulheres.

Se a desvalorização do feminino da sociedade patriarcal em que vivemos afeta a autoestima das mulheres como um todo, quando olhamos para as jovens mulheres periféricas - negras em sua maioria - isso se eleva profundamente. Mulheres e meninas são mais impactadas pelas diversas exclusões que operam nas periferias.

Por essa razão, lutamos para que os direitos sejam garantidos a todas as pessoas, especialmente aquelas que vivem em regiões mais vulneráveis. Atuamos como um centro de formação de educação em direitos humanos com a missão de formar e articular sujeitos sociais e processos políticos atuando na construção de uma sociedade justa e solidária de pleno exercício da cidadania, à luz dos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação dos projetos do CDHEP é uma estratégia crucial para a promoção da igualdade e fortalecimento social.

PERFIL EDH



Paulo Freire e a Educação em Direitos Humanos

Francisca Rodrigues de O. Pini e Janaina M. Abreu



19 de setembro de 2021. Uma data histórica, que marcará a celebração dos 100 anos de Paulo Freire. O Brasil e vários cantos do mundo estarão comemorando o legado de um dos maiores pensadores da atualidade, suas contribuições à compreensão do ato educativo são reconhecidas mundialmente.

Declarado patrono da Educação Brasileira, pelo Ministério da Educação, em 2012, Paulo Freire construiu uma teoria do conhecimento, vinculada ao projeto democrático emancipador de educação e que tem sido os fundamentos da educação em direitos humanos.

Nascido em Recife, em 1921, ainda na infância vivenciou a pobreza, durante a crise econômica mundial de 1929, e dificuldades com a morte de seu pai, quando tinha 13 anos. Paulo Freire formou-se em direito, mas a realidade social o levou para o magistério. Foi professor, diretor, superintendente, consultor, secretário da educação do município de São Paulo. Suas experiências de alfabetização possibilitaram vivenciar, em 1963, em Angicos (RN), um processo de alfabetização de 300 pessoas, que deu base para a construção do Plano Nacional de Alfabetização. Com o golpe civil militar, de 1964 foi preso. Depois de 72 dias de prisão, foi obrigado a deixar o país. Exilou-se no Chile, durante 5 anos, onde desenvolveu trabalhos em programas de educação de adultos e escreveu sua principal obra: *Pedagogia do Oprimido*. Convidado para lecionar nos Estados Unidos, permaneceu 10 meses em Harvard. Atuou depois, no Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, Suíça, além de contribuir com programas de alfabetização em alguns países da África, como Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola.

Mesmo não nomeando o tema dos Direitos Humanos em sua obra, Paulo Freire construiu uma posição teórico-política em relação às pessoas oprimidas em uma sociedade social, política e economicamente desigual, defendendo a educação como ato político, reafirmadora de direitos.

Paulo Freire formulou uma concepção emancipadora de educação. Uma educação problematizadora, que a partir da realidade, promove a reflexão dos sujeitos, favorecendo sua atuação e participação na sociedade e a compreensão das violações de direitos humanos que os envolvem.

A educação emancipadora, pelo seu caráter problematizador, possibilita o compromisso com a práxis dos direitos humanos. Assim, desde 2006, o estado brasileiro tem envidado esforços para que a Educação em Direitos Humanos torne-se política pública. Na esfera Nacional, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos teve sua versão finalizada e, a partir dela, os órgãos de estados tiveram o desafio de regulamentá-la.

No âmbito dos estados, por exemplo, em 2017, o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (Condepe) desencadeou um processo de construção democrático e participativo. E teve a teoria do conhecimento de Paulo Freire como referência central na elaboração do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo.

Na esfera municipal, o município de São Paulo, deu um exemplo de construção participativa. Em 2016, concluiu a elaboração do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos.

Acreditamos, portanto, na Educação em Direitos Humanos como práxis educativa emancipadora. E esperamos que o Centenário de Paulo Freire, em 2021, possa ser um espaço e um momento de formação, com o propósito de fortalecer o projeto de educação emancipadora, no Brasil e no mundo.

A EMASP COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Andrezza Domingues e Marcia Regina Vieira de Aguiar

A EMASP (Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo) é a escola de governo vinculada à Secretaria Municipal de Gestão, responsável pela formação e pela capacitação de cerca de 120 mil servidores da Prefeitura de São Paulo

Criada em 2006 como Escola de Formação do Servidor Público Municipal, passou por inúmeras transformações até chegar ao que hoje conhecemos como EMASP, tendo como missão:

- promover a capacitação, a formação e o desenvolvimento institucional, funcional, cidadão e humano dos agentes públicos e da sociedade civil
- ser referência na construção coletiva do conhecimento, enxergando o indivíduo como protagonista de seu autodesenvolvimento, da transformação social e da busca pela excelência da gestão pública

Está pautada em valores como:

- construção coletiva de conhecimento
- fomento à cidadania
- formação de redes entre os agentes públicos
- resgatar junto aos funcionários da PMSP o orgulho de ser servidor
- respeito à diversidade
- universalidade de acesso aos cursos
- visão holística do ser humano

Desde a sua criação, a EMASP já tinha como objetivo principal alinhar as capacitações às necessidades da PMSP, visando seu aprimoramento de acordo com os princípios da gestão pública, empoderando o servidor na busca pelo autodesenvolvimento, valorizando as experiências prévias e as iniciativas de inovação na gestão pública.

A EMASP está sempre estreitando a cooperação institucional com escolas de governo, universidades, órgãos da PMSP e de outras instituições públicas e privadas, promovendo espaços de construção coletiva e difusão de conhecimento a partir da troca de experiências entre agentes públicos e sociedade civil.

As capacitações da EMASP estão organizadas em quatro itinerários formativos, buscando temas relevantes para a Administração Pública:

- Gestão de Pessoas e Habilidades Interpessoais
- Planejamento, Gestão e Políticas Públicas
- Gestão de Contratos e Licitações
- Gestão de Tecnologia, Informação e Comunicação

O público-alvo prioritário são os agentes públicos da Prefeitura de São Paulo, ou seja, os servidores efetivos, admitidos, comissionados, contratados, estagiários, prestadores de serviço, terceirizados, municipalizados e parceiros. No entanto, alguns projetos pedagógicos também permitem a participação de membros da sociedade civil – população em geral, conselheiros, estudantes e pesquisadores.

Educação em Direitos Humanos – Sensibilizando para o amanhã

Cássio Rodrigo, Renata Mie Garabedian e Tayná Salviano

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio de seu Departamento de Educação em Direitos Humanos, tem a grata atribuição de desenvolver políticas públicas com o foco na educação em direitos humanos, no âmbito do Município de São Paulo.

Para tanto, tomamos por base as diretrizes estabelecidas em 2012 pelo Comitê Nacional de Educação, construídas por meio de uma comissão interinstitucional, coordenada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e que teve a participação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), Secretaria de Educação Básica (SEB) e Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Tais diretrizes visam construir uma cultura sólida de direitos humanos e cidadania, por meio da educação formal e não formal e do convívio social com vistas ao respeito à dignidade de todas as pessoas.

Também nos norteamos pelos princípios da educação em direitos humanos, preconizados pela Prof^a. Maria Victoria Benevides, em seu texto “Educação em Direitos Humanos: do que se trata?”, que compreende que “educação em direitos humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz”.

Nesse sentido, a atuação do Departamento tem sido voltada para:

- A formação em valores de direitos humanos e cidadania;
- A consciência cidadã e democrática;
- O respeito e a valorização da diversidade;
- O conhecimento e a prática dos direitos; e
- O fortalecimento do convívio democrático.

Outra importante ferramenta para a implementação da educação em direitos humanos no município foi a edição do Decreto nº 57.503/2016, que instituiu o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos – PMEDH, e que, em seu artigo 2º, definiu que o Departamento de Educação em Direitos Humanos, juntamente com o Comitê Municipal de Educação em Direitos Humanos, serão responsáveis por monitorar a implementação do PMEDH.

Formações em Direitos Humanos para Agentes Públicos

A formação de servidores é uma das frentes do Departamento de Educação em Direitos Humanos que visa fortalecer a cultura dos direitos humanos no ambiente de trabalho, de modo que esta seja incorporada no dia a dia do servidor e reflita no planejamento de gestão das políticas públicas municipais.

Nesse sentido, buscamos promover espaços de trocas entre os agentes públicos para discussão e reflexão acerca dos direitos humanos. Internamente, realizamos formações para as equipes da Rede de Atendimento da SMDHC, para os conselheiros de direitos e para o próprio corpo de funcionários desta Secretaria.

Para o público externo à SMDHC, periodicamente realizamos na Escola Municipal de Administração Pública (EMASP) o curso Fundamentos de Direitos Humanos e Cidadania, com carga horária total de 20 horas e ofertado tanto para servidores públicos como para a sociedade civil.

Além disso, há uma busca de formações específicas vindas das demais secretarias municipais, como Segurança Urbana, Educação, Assistência Social, Inovação e Tecnologia, entre outras.

Assim, em período de pandemia, causada pelo COVID-19, tivemos o desafio de migrar as ações de EDH do método presencial para o método EAD – Ensino à Distância.

No segundo semestre de 2020, iniciamos dois processos formativos de sensibilização para servidores públicos municipais.

E por que o termo sensibilização? Quando falamos em educação em direitos humanos, estamos falando em SENSIBILIZAR as pessoas para as questões relativas à dignidade da pessoa humana, por exemplo.

Sensibilizar é comover, tornar sensível, é a disseminação do conhecimento buscando informar e elucidar os problemas cotidianos e reais aos quais segmentos socialmente vulneráveis estão sujeitos, suas possíveis soluções e com isso torná-las participativas, exercendo uma cidadania plena.

A sensibilização é uma ferramenta para a mudança de comportamento, o despertar para os problemas sociais e a exclusão de pessoas com a negação de seus direitos.

Assim, a educação em direitos humanos não conscientiza, uma vez que o processo de conscientização é intrínseco a cada um. A educação em direitos humanos sensibiliza, buscando transformar atitudes.

Lembramos Paulo Freire que dizia que “Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante!” e, para quem tem o desafio de trabalhar com educação em direitos humanos, essa frase cai como uma luva, pois precisamos dar sentido às nossas pequenas ações, visando sempre a transformação social e cultural.

Construímos, então, duas frentes, uma voltada para “Introdução aos Direitos Humanos” e outra com foco na população LGBTI+, com o título: “Desvendando o Arco Íris – Mitos e Realidade”.

O curso “Introdução aos Direitos Humanos” buscou promover discussões e reflexões sobre temáticas relacionadas à pauta dos direitos humanos. Sob a ótica da Educação em Direitos Humanos, o curso operou na potência de formar indivíduos críticos capazes de atuar para o fortalecimento da cidadania, por meio de modos e costumes de convívio social, visando, assim, o desenvolvimento da cultura dos direitos humanos no ambiente de trabalho.

O segundo, “Desvendando o Arco Íris – Mitos e Realidade”, buscou promover discussões e reflexões sobre as temáticas de gênero, binarismo de gênero, sexualidade, formação da sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero no âmbito dos direitos humanos. Além de contribuir

para a promoção da agenda dos Direitos Humanos junto à Administração Pública.

Ambos disponibilizados na modalidade Educação à Distância (EAD) por meio de plataforma virtual, cada um contou com a carga-horária de 4 horas dividida em quatro encontros de 1h cada.

Inicialmente disponibilizamos uma turma para cada curso, com 30 vagas cada, mas em menos de 24 horas as inscrições para o curso “Introdução aos Direitos Humanos” já estavam esgotadas, o que nos obrigou a abrir uma segunda turma. O mesmo aconteceu com o curso “Desvendando o Arco Íris”, que estourou a quantidade de vagas em 36 horas.

A alta procura, bem como a alta frequência e baixa evasão, demonstraram o interesse por temas de direitos humanos junto aos servidores públicos municipais. Abaixo podemos ver dados referentes aos cursos:

Introdução aos Direitos Humanos	Desvendando o Arco-Íris- Mitos e Realidades
Inscritos: 222	Inscritos: 184
Aprovados com mais de 75%: 50	Aprovados com mais de 75%: 70
Participaram ao menos uma vez: 32	Participaram ao menos uma vez: 21
Total de participantes: 82	Total de participantes: 91
Evasão: 39,02%	Evasão: 23,07%

"Segundo o último CENSO EAD, instituições de ensino que ofereciam cursos 100% chegavam a ter uma taxa de evasão de até 50%. Para cursos semipresenciais, esse número é de 25%. Ou seja, analisando esses dados, cerca de metade dos alunos matriculados não chega a completar o curso. É um número bastante expressivo e mostra que, de fato, a evasão no EAD é um dos maiores obstáculos para o ensino a distância no país".

Devemos ressaltar que nossos cursos foram totalmente EAD e estivemos bem abaixo do percentual de evasão. O curso “Desvendando o Arco Íris” esteve abaixo até da evasão de cursos semipresenciais. Tais dados demonstram o interesse dos servidores públicos pelos temas ofertados, e a nós cabe encarar os desafios de planejar a discussão de temas de direitos humanos nos mais diversos ambientes, sejam eles físicos ou virtuais.

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

cedh@prefeitura.sp.gov.br